

Iguape pode comemorar aniversário com tombamento federal do centro histórico

Conselho Consultivo do Iphan avalia proposta da prefeitura municipal de dar título de patrimônio nacional à cidade do Vale do Ribeira

O dia 3 de dezembro de 2009 promete ser de muita festa na cidade de Iguape, no Vale do Ribeira, litoral de São Paulo. Além de comemorar os 471 anos de fundação, a comunidade aguarda pelo anúncio do tombamento do centro histórico que poderá ser decidido neste mesmo dia pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. A proposta é uma das quatro a serem avaliadas durante o encontro dos conselheiros que acontecerá na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais.

A expectativa da população é receber o reconhecimento pela vinculação do núcleo urbano de Iguape, não só com o processo histórico da formação e ocupação do território brasileiro, mas também com o desenvolvimento do país, desde o início da colonização, passando pelo Ciclo do Ouro, no século XVI, a cultura do arroz, no século XIX, e a do chá, no século XX, diretamente vinculada com a imigração japonesa para a região.

Dentro da política do Iphan de ampliação dos bens protegidos, a proposta de tombamento de Iguape enquadra-se num projeto maior, que busca um plano de valorização e desenvolvimento estratégico do Vale do Ribeira. Desde 2008, Iphan e prefeitura de Iguape trabalham juntos na preservação patrimonial. Vale citar os estudos que vêm sendo feitos desde 2008 para que o município receba a chancela de paisagem cultural, além dos processos de tombamento de 14 bens localizados em áreas rurais de Registro e Iguape, relacionados com a imigração japonesa, em avaliação pela área jurídica do Iphan. Coroando a parceria, a Casa do Patrimônio de Iguape, a primeira do país, foi inaugurada em 2009, viabilizando a gestão do sítio histórico e o desenvolvimento de ações conjuntas. O imóvel cedido pela prefeitura é a base para a instalação de um escritório técnico do Iphan na cidade.

Iguape e a busca pela proteção federal

O núcleo urbano de Iguape está entre os mais bem preservados centros históricos de São Paulo, com arquitetura e urbanismo capazes de contar sua trajetória. Ao longo da história da Superintendência do Iphan em São Paulo, o município de Iguape foi objeto de interesse. Na década de 1940, Hermann Kruse foi encarregado pelo escritório regional de ir a Iguape para fazer o levantamento de plantas e documentação fotográfica de edifícios antigos (igrejas, residências, fortes antigos etc.), pesquisas em sambaquis ou outro monumento com interesse artístico ou histórico. Em seu relatório ele destacou: “Iguape é um colosso. Tem uma infinidade de construções, cujas idades ninguém pode saber. Todas elas construções de pedra e cal”.

Em 1968 o tema foi retomado pelo senador Lino de Mattos que solicitou ao Iphan tombamento do núcleo urbano de Iguape. O pedido gerou resposta de Lucio Costa, que, consultando a documentação existente nos arquivos da instituição, se mostrou interessado na proteção do núcleo urbano. Em 1975 diversos bens imóveis do centro histórico de Iguape foram tombados pelo estado de São Paulo.

Para a proposta de tombamento, a arquiteta do Iphan, Flávia Brito do Nascimento, defende que a arquitetura ainda existente no Vale do Ribeira e seus bens naturais permitem compreender os processos sociais e culturais que são de interesse para o campo da memória e do patrimônio. Segundo ela, a complexidade e a singularidade do patrimônio material da região resultam da sua história, de seu povoamento, das estratégias e contingências econômicas, do território e das sociabilidades, que são sua paisagem cultural. Agora, em 2009, a área proposta para tombamento de Iguape compreende o centro histórico, o antigo sistema portuário fluvial e marítimo, incluindo o Canal do Valo Grande e o Morro da Espia.

A formação de Iguape

O litoral do Vale do Ribeira foi local chave para a projeção de expedições ao sertão, desde os primeiros tempos da conquista ibérica. Deste período são os municípios de Cananéia e Iguape, construídos em pedra e cal, erguidos por ordem da Coroa Portuguesa para abrigar a administração pública, ocupar e proteger o território. Voltadas para as funções portuárias, as primeiras comunidades foram também o contato com o interior, pelo rio Ribeira de Iguape, que transportava os produtos ao mesmo tempo em que se definiam os modos de ser e de construir.

Fundada em 1538, Iguape está localizada entre marcos importantes da região, como o Morro da Espia, o Canal do Valo Grande e o braço de mar chamado Mar Pequeno, que foram fundamentais na formação do núcleo urbano e fazem parte dele. O centro histórico mantém ainda hoje diversas características do urbanismo português, como a implantação, o traçado urbano, estruturas de quarteirão e loteamento, além das praças que têm papel importante na vida social, política e cultural da comunidade.

A arquitetura da cidade também acompanha a história e os ciclos econômicos. São casas e sobrados erguidos no século XVI durante a exploração do ouro; imóveis ligados à construção naval a partir de meados do século XVIII; e os que representam da cultura de arroz no século XIX. Como destaques estão o Sobrado do Toledo, exemplar neoclássico, e as casas da Rua das Neves, ou do chamado Funil, o mais antigo conjunto arquitetônico da cidade. O cenário religioso também é muito forte na formação cultural e arquitetônica, tendo a Igreja do Bom Jesus de Iguape, que atrai milhares de romeiros de todo Brasil para a festa do padroeiro, inaugurada em 1858, como centro da malha urbana.

Mais informações

Assessoria de Comunicação Iphan / Monumenta

Adélia Soares – adelia.soares@iphan.gov.br

Ana Rosa Saraiva – ana.saraiva@iphan.gov.br

Gabriela Coelho – gabriela.coelho@iphan.gov.br

(61) 3326-6864 / 3414-6187

www.iphan.gov.br / educacaopatrimonial.wordpress.com / @IphanGovBr